

Interzonas sul americanas

Clarissa Naback

Doutora em Direito pela PUC-Rio

Giuseppe Cocco

Professor Titular da UFRJ, coordenador do LABTeC-PPGCOM-UFRJ, membro da Rede de laboratórios Moitará.

Além do Sul e do Norte

Na virada do novo século, a América Latina era vista como o laboratório de resistência à hegemonia neoliberal: o Fórum Social Mundial de Porto Alegre contrabalançou o Fórum Econômico Mundial de Davos. A ascensão ao poder dos chamados governos "progressistas" parecia transformar o laboratório em um novo modelo de transformação política e social. Duas décadas depois, os resultados são avassaladores: na Venezuela "chavista" reinam a miséria e o autoritarismo; no Brasil, o "lulismo" foi substituído por Bolsonaro; na Bolívia, Evo Morales caiu após ser repudiado pelas urnas e pelas ruas; Equador e Argentina estão enfrentando uma terrível crise de dívida; na Colômbia, os acordos de paz amplificaram a guerra fragmentada; no Chile, a revolta das multidões está encurralada entre a hibernação e a necropolítica. A América Latina parece enquadrar-se bem na expressão cínica que a descreve como "o fundo do mundo, inevitavelmente encerrado em sua região geográfica"¹. Um fundo profundo que parece um abismo, antigo e novo ao mesmo tempo. O que nos interessa aqui é esse fosso, prisioneiro tanto de sua geografia quanto de sua normalidade neo-escravista.

O retumbante fracasso dos chamados governos progressistas confirma esse impasse. A literatura política oferece duas explicações principais. Para alguns, os governos seriam os próprios responsáveis pela situação em razão de sua opção extrativista; para outros, seriam as vítimas do esgotamento do ciclo das *commodities*². Por trás dessas duas explicações, há um único e mesmo determinismo: a fase de valorização das exportações de bens primários teria permitido seu sucesso, enquanto seu esgotamento teria levado ao seu fracasso. Portanto, tudo depende do "desenvolvimento", mesmo quando sua forma é criticada. Não é a geografia que circunda a América Latina, mas esse determinismo. A armadilha é justamente querer romper com esse aprisionamento ao pensar o Sul como Norte, sem transformar a própria noção de Sul e Norte.

Oswald de Andrade, o grande pensador da política indígena ameríndia, chegou a dizer que no Brasil "o Sul venceu"³. Com uma pirueta literária, ele inverteu valores para afirmar o poder da miscigenação no Sul, que os ianques teriam esmagado no Norte. A sociedade e a política americanas não exibiram a mesma plasticidade poética de Oswald.

¹ Tim Marshall, *Prisoners of Geography*, Elliott and Thompson, Londres, 2015, p. 251.

² Produtos de base.

³ *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 outubro 1943.

O racismo e sua violência ainda são uma realidade no Norte e no Sul. Na verdade, o "sul" não venceu nem ao norte nem ao sul. Os conflitos e as diferenças não desapareceram, eles se espalharam em uma fragmentação infinita onde a oposição entre amigo e inimigo, em vez de desaparecer, se desdobra continuamente.

Aproximadamente ao mesmo tempo que Oswald de Andrade, William Burroughs usa o termo *interzona* na sua disruptiva obra *Almoço Nu*, para falar de uma justaposição de imagens idiossincráticas e desterritorializadas, entre o grotesco e o híbrido: "minaretas, palmeiras, montanhas, selva [...]. Na cidade, todas as casas da cidade são geminadas [...]. Pairam sobre a cidade odores culinários de todos os países [...] Flautas de cordilheira, jazz e bebop, instrumentos mongóis de uma corda só, xilofones ciganos, tambores africanos, gaitas de foles árabes. Quando a Cidade é assaltada por epidemias de violência, os mortos abandonados na rua são devorados pelos abutres"⁴.

A *interzona* não é, assim, uma espacialidade contextualizada ou geograficamente fixa. Seu arranjo está diretamente ligado às composições e combinações de experiências multifacetadas que o próprio Burroughs viveu em diferentes lugares, principalmente durante sua estadia em Tânger, onde o escritor testemunhou o levante anticolonial. À excitação dos atos "revolucionários" soma-se o caos e a violência dos impasses da "libertação": "Vestido com uma *djellaba*, o Líder do Partido anda de um lado para o outro fumando seu charuto e bebendo scotch. Calça sapatos ingleses muito caros, com meias berrantes e ligas que contrastam com suas pernas cabeludas e musculosas - um efeito geral de gângster bem-sucedido que resolveu usar uma fantasia"⁵; "Não existem mais independentes... a Zona abriga todo o tipo de agentes duplos, mas ninguém é neutro"⁶. A situação grotesca expõe assim o cinismo dos líderes nacionalistas que, em vez de serem "libertários", produzem, ao mesmo tempo, o caos e o controle.

Ao lado de uma situação de instabilidade (política e social) que viu em Tânger, Burroughs experimentou também um estado de emergência durante sua visita à zona amazônica no início dos anos 1950. Em busca da alucinação (*ayahuasca*), descrita como uma "viagem no espaço-tempo", sua experiência na América do Sul, particularmente no Panamá, Colômbia, Peru e Equador, foi densa de frustração, de "uma horrível sensação

⁴ Burroughs, *Almoço Nu*, São Paulo, Companhia das Letras, 1ª ed. 2016, pp. 123-125.

⁵ *Ibden*, p. 129.

⁶ *Ibden*, p. 175.

doentia de desolação e final”, nas “cidades de fim das estradas”⁷. Entre inúmeros furtos, controles policiais, bloqueios alfandegários e a presença de um marasmo insuportável, Burroughs relatou à Allen Ginsberg⁸ certa degradação e miséria principalmente nas regiões periurbanas, onde o fracasso de inúmeras expectativas econômico-extrativistas não impedia a crença no progresso, que parecia “como o retorno de Cristo”. A América do Sul apresentava-lhe um dilema: uma modernização fragmentada e predatória coexistia com um silêncio especial e vibrante da floresta. O próprio sul americano carregava esta marca do híbrido, do que a princípio não é oriental, mas também não pertence ao Ocidente - “um lugar onde o passado desconhecido e o futuro emergente se encontram com um zumbido vibrante e desprovido de som...”⁹.

Interzonas políticas

Para além do Sul e do Norte, podemos caracterizar as Américas como uma *interzona*: uma “sala de espera”, um estado de suspensão/emergência, um limiar. Uma condição em que as fronteiras não explicam nada. É nesse termo que ela, a interzona, serve de inspiração para este dossiê, que se debruça sobre a turbulenta e perturbadora situação política e social sul-americana no limiar da terceira década do novo século. Se a região está marcada por inúmeras diferenças históricas e culturais (ou mesmo plurinacionais), ela é, ao mesmo tempo, atravessada por justapostas experiências *neo* (colonial-moderno-ocidental-nacionalista-liberal-socialista-desenvolvimentista...). É aqui que ela se torna “inter”: entre o Sul e o Norte, entre o Oeste e o Leste, entre as terras baixas e os Andes, do Atlântico ao Pacífico, passando ainda pelo Caribe. Porém é através da Amazônia que a dimensão de “zona” se torna ainda mais evidente e ganha uma força e forma singulares, de modo a exigir outra geofilosofia.

É nessa perspectiva que nos propomos a analisar os acontecimentos políticos recentes que levaram ao declínio do que se denomina “progressismo”, bem como à justaposição dos vetores sociais e políticos que constituem a América do Sul como um conjunto de interzonas, para além das fronteiras e coordenadas disciplinares e biopolíticas modernas. Embora alguns artigos enfoquem as trajetórias de determinados

⁷ Tradução do português. Burroughs William, Ginsberg Allen, *Cartas do Yagê*, L&PM Pocket, 2013.

⁸ Burroughs William, Ginsberg Allen. *Cartas do Yage*. tradução de Bettina Becker. – 2.ed. – Porto Alegre, RS : L&PM, 2013.

⁹ *Idem*.

países, eles constituem um mosaico de linhas políticas que se cruzam - extrativismo, militarismo, burocratização, populismo e resistências territoriais. A leitura em conjunto dos textos reflete, então, uma condição *inter*, verificada especialmente no eixo de análise sobre a zona amazônica, onde se ressalta o aspecto de um limiar antropológico e político.

Assim, o dossiê apresenta inicialmente um conjunto de textos sobre processos políticos de diferentes países - Argentina, Equador e Chile - que coloca em questão o então arranjo institucional formado pós-ditadura, seja por uma linha mais neoliberal, seja em uma vertente (neo)desenvolvimentista. É o que descreve Salvador Schavelzon como um “pêndulo”, em *A política sul-americana como um pêndulo instável*, onde analisa os recentes processos eleitorais e a gestão da pandemia. Para ele, a alternância no espectro político de diferentes países latino-americanos - da esquerda à direita e vice-versa -, antes de apontar uma renovação governamental, revela os impasses que enfrenta o *establishment* político com o esgotamento das medidas neoliberais adotadas por diferentes arranjos políticos e institucionais (liberalismo pró-mercado, social-democracia ou progressivismo), dando espaço para algumas formas de populismos. A falta de alternativas políticas é também percebida durante o combate ao coronavírus, com o fracasso das medidas de distanciamento social e, quando contrário, o alinhamento de governos de esquerda (Bolívia e Venezuela) às (não) gestões de governos de direita (Peru e Brasil).

Esse pêndulo ou condição irresoluta pode ser visto com clareza no processo equatoriano percorrido por Carolina Viola e Décio Machado no artigo *Reflexões sobre pandemia, exceções, áreas cinzentas e desdemocratização no Equador*. A irrupção social que viveu o país em 2019 evidenciou tanto o esgotamento do eixo neopopulista-hiperextrativista que caracterizou o correísmo, quanto à incapacidade das respostas neoliberais (FMI) em “domar” a crise dos *commodities*. Se o fim dos subsídios no combustível foi a ignição da revolta popular, os levantes que tomaram as ruas de Quito se transformaram em uma greve metropolitana ganhando uma singularidade geográfica através da transferência de práticas territoriais indígenas para a luta urbana. Entretanto, no cenário pandêmico, o que se assiste é o prolongamento do aparato repressivo militar do Estado implementado para conter a multidão e a estruturação autoritária de forças institucionais que exercem seu poder de forma *ad hoc*, isto é, sem qualquer controle popular ou transparência.

A dinâmica territorial entre repressão e resistência podemos também observar no caso chileno. No artigo *Primavera gótico-tropical no fascismo dos supermercados Parte 3*, Alejandro Donaire-Palm aponta que o vírus prolongou o cenário repressivo inicialmente desenhado para controlar a primavera chilena¹⁰, mas colocou também um novo dilema: como conter a multidão sem interromper o fluxo econômico. Segundo Donaire-Palm, a atitude do poder foi forçar a “retomada da economia” sem oferecer nem uma adequada “segurança social” aos trabalhadores, principalmente aos autônomos e informais, nem uma adequada contenção do contágio, sendo esta feita através da circulação de tanques e de um repertório burlesco de medidas sanitárias (burocráticas). Se a pandemia reatualizou o controle territorial da máquina-Estado chilena, ela também inaugurou na sociedade civil um novo contexto de incertezas, tanto com relação às informações oficiais (contraditórias) dos dados da covid-19, quanto a respeito de algumas mobilizações no espaço público, cujas demandas por mais segurança (policial) e ações extremistas duvidosas desestabilizaram a confiança entre os cidadãos, que agora se posicionam enquanto expectadores-consumidores dos acontecimentos e de “verdades” com efeito de “fakenews”.

Assim, no mosaico sul-americano apreendemos que, para além de um impasse progressista neoliberalismo-neodesenvolvimentismo, estamos diante de uma situação econômica informal e precária, em que aparatos militares e dispositivos de guerra são usados enquanto mecanismos de controle da população, independentemente do espectro político em jogo. Nesse contexto, o grotesco e as armas aparecem como signos políticos, tendo Maduro e Bolsonaro como seu paroxismo. No entanto, mantendo a perspectiva da Interzone, não podemos deixar de observar que existe uma realidade multifacetada, marcada por um fluxo heterogêneo de populações e práticas sociais. O dossiê avança, assim, para pensar especificamente a zona amazônica não só como a nova fronteira da rapina econômica e do extrativismo (Bolívia, Venezuela, Brasil e Equador), mas também como um vetor de sinais, uma condição *inter* de fragmentações infinitas e também de limiares ontológicos.

Nesse sentido, Jeudiel Martinez, em *Aquele outro Mediterrâneo: o Caribe como poiseis*, traz uma reflexão sobre a condição do híbrido a partir da própria constituição do

¹⁰ Manifestações iniciadas em Santiago contra o aumento do preço dos transportes, que se difundiram por várias cidades chilenas e se transformaram em protesto nacional mais geral contra o governo e o custo de vida.

Caribe. Esse mar interior, encerrado entre a floresta amazônica e o contorno insular (Antilhas), constituiu uma zona de intercâmbios e miscigenação entre os povos, muito antes do colonialismo. Se o sistema escravagista trouxe uma redistribuição e hierarquização dos corpos a partir do corte do *continuum* biológico (ser humano), ele não impediu o contínuo fluxo de populações que veio a marcar no Caribe tanto sua mediterraneidade/interzonealidade (semelhante à Tanger de Bourroughs), quanto a constante permutação e hibridização social, das quais a Salsa e o Vodou são uma expressão cultural. Sem deixar de pontuar que a “mestiçagem” foi, inúmeras vezes, conduzida a idealizações (a nação, o povo ou o popular) e a exclusões da diferença por políticas Unitaristas, Jeudiel questiona a sua recusa por políticas pluralistas identitárias, que, em sua visão, não conseguiram mais do que retardar as hibridações ou, em alguns casos, modulá-las no estilo dos caudilhismos. Se a heterogeneidade e disparidade do Caribe são intensas e explícitas, isso não deve levar a compreensão do híbrido ou da miscigenação enquanto uma identidade, mas como um devir e como um terreno de luta.

Por outro ângulo de análise, Alexandre Mendes, em *Amazônia como sentinela*, se propõe a analisar as modulações entre as populações na América do Sul, através do elemento da caça. Presente em expedições dos bandeirantes, cujo alvo principal era os indígenas, a caça integrou uma modalidade de poder distinta do poder pastoral exercido nas missões jesuíticas, bem como da forma de acumulação tradicional (mineração ou ocupação territorial). No entanto, a técnica da caça não esteve apenas presente no regime de poder colonial, apresentando também dois aspectos pertinentes: primeiro, o contrapeso ao poder soberano e ao humanismo ocidental feito por práticas indígenas da caça - antropofagia (deglutição do outro) e xamanismo (captura de perspectivas não humanas); segundo, a inflexão tecnológica na biopolítica contemporânea, na qual as técnicas pastorais (prevenção e cuidado) abrem espaço para uma semiótica da caça (captura de sinais e antecipação). Se a partir de sentinelas da natureza (formas de sinalização e comunicação presentes em diferentes níveis ontológicos) é possível traçar (caçar) as transmissões interespecies (vírus), Mendes aponta a importância tanto da floresta amazônica como um reservatório de sinais, quanto da posição que certas instituições e movimentos sociais possuem enquanto sentinelas da democracia.

Em “A” de *América, Amazônia e abelhas*”, Barbara Szaniecki ressalta que, para além de uma pluralidade ou uma plurinacionalidade, a Amazônia traz uma outra dimensão

ontológica: ela é também biozona, isto é, uma zona que coloca em perspectiva tanto a relação entre humano e não-humano, quanto a própria economia social da floresta. Para isso ela traça um paralelo entre o papel das abelhas na reprodução da biodiversidade, citando a experiência do Instituto Peabiru, e a dimensão polinizadora na economia, teorizada por Yann Moulier Boutang, que permite apreender o caráter produtivo das redes sociais compostas por cooperação e mobilização de afetos. É nesse sentido que Szanieck propõe um *redesign* da América Latina: ultrapassar uma lógica industrial-extrativista do marco nacional-desenvolvimentista através de um ponto de vista amazônico, isto é, o da multiplicidade, da complexidade e da interdependência dos habitantes de uma zona que se sobrepõe ao latino-América (Estado nação). Trata-se de pensar uma América Amazônica.

O presente conjunto de textos demonstra, assim, que a situação sul-americana atual, antes de decorrer de um retrocesso de um progress(ismo), consiste não só em uma intensificação de vetores já presentes - populismo econômico, extrativismo predador, militarismo etc. -, como também em uma fragmentação infinita e uma perda de sentido. No marasmo vivenciado entre múltiplas camadas de violência, uma extensa pobreza e a saturação de signos ideológicos, os autores apontam pistas de recomposição de novas linhas que partem de um nível “menor” das “soluções pragmáticas”, de agenciamentos territoriais, das polinizações das redes e da “caça” por sinais invisíveis. Trata-se da dupla questão de como perceber e como estar diante de uma (inter)zona, o que nos conduz ao desafio de constituir práticas sentinelas da vida e da democracia para poder avançar em novas coordenadas políticas. O que precisamos é, portanto, de um redesenho da América, deste “fundo” que nos interessa precisamente porque é um “fundo” não moderno, não racionalizado (mas não irracional) que contém o poder de resistência de que precisamos hoje.